

O ENSINO DE LÍNGUA SOB A PERSPECTIVA POLÍTICO-CULTURAL DA LINGUÍSTICA APLICADA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA AO TRATAMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS EM UM LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO

Clarissa Milton de Sousa ¹
Ma. Ana Lourdes Sousa Pereira ²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar o tratamento dado às línguas indígenas em um livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio, sob a perspectiva político-cultural da Linguística Aplicada, possuindo como base um olhar decolonial. A obra escolhida para análise se intitula *Língua Portuguesa: Ensino Médio*, de Maria Tereza Rangel Arruda e Lucas Kiyoharu Sanches Oda, publicada em 2020.

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil, tradicionalmente centrado na gramática normativa, reproduz uma herança colonial que marginaliza as diversas línguas e culturas presentes em nosso território, em especial as línguas indígenas. Essa abordagem normativa, ao impor uma única variedade linguística como padrão, desconsidera a riqueza linguística e cultural do país, contribuindo para a invisibilização e desvalorização das línguas indígenas.

A perspectiva decolonial, ao questionar as estruturas de poder e conhecimento construídas a partir da colonização, oferece um olhar crítico sobre o ensino de língua, permitindo identificar e desconstruir os mecanismos de dominação simbólica que perpetuam a hierarquização linguística. Ao adotar essa perspectiva, busca-se compreender como o livro didático em análise contribui para a manutenção ou a transformação dessas relações de poder, e quais as implicações desse tratamento para a valorização das línguas indígenas e para a construção de uma educação linguística mais justa e inclusiva.

Nesse viés, a presença e a forma de tratamento das línguas indígenas nos livros didáticos têm um papel fundamental na construção de uma consciência crítica sobre a diversidade linguística e a desconstrução de estereótipos e da perspectiva unilateral relativa à linguagem.

¹ Graduanda do Curso de **Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, clarissa.sousa@uemasul.edu.br;

² Mestra em **Estudos da Linguagem: Ensino de Língua e Literatura** da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, apereira30@umassd.edu.br

A análise proposta neste projeto não se limita a avaliar a presença ou ausência de conteúdos sobre línguas indígenas no material didático, mas também se estende à compreensão de como esses conteúdos são apresentados e as implicações dessa apresentação para a construção de uma identidade linguística que respeite e celebre a pluralidade cultural brasileira. Dessa forma, espera-se contribuir para um ensino de Língua Portuguesa que não apenas informe, mas também transforme, promovendo uma educação decolonial que valorize todas as vozes e culturas presentes no cenário educacional brasileiro. Assim, enquanto aporte teórico para a construção deste trabalho, considerar-se-á as contribuições de alguns estudiosos, tais como: Moita Lopes (2006); Soares (2017); Cunha, de Sousa e Bastos (2017).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho se constrói por meio da abordagem qualitativa, já que reflete as dimensões subjetivas sob o ponto de vista interno acerca do que será investigado, além do caráter bibliográfico e documental das análises no concernente à classificação metodológica. Isso porque, no primeiro caso, optou-se pela investigação crítica a partir de um material elaborado e publicado em formato de livro do Ensino Médio pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Na segunda situação, considerou-se discorrer acerca da estrutura curricular preconizada pelo documento normativo da BNCC no que diz respeito à educação em línguas e culturas indígenas no ensino de língua.

Além disso, a presente pesquisa também é de cunho exploratório, à medida que suscita questionamentos como: que orientações são concretamente dispostas pela BNCC em relação ao ensino de língua e valorização das culturas indígenas? De que forma é possível reformular estudos da linguagem no contexto da Educação Básica, em que práticas de letramento na Língua Portuguesa se deem ao passo que se valorize conteúdos voltados aos aspectos linguísticos dos povos nativos?

REFERENCIAL TEÓRICO

BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA LINGUÍSTICA APLICADA: AUTONOMIA CIENTÍFICA E USO CONCRETO DA LINGUAGEM

Diante dos diferentes pressupostos filosóficos, científicos e religiosos que apontam para as origens da humanidade – o que naturalmente abre portas para a convergência de convicções

entre os indivíduos sociais – não há dúvidas de que a linguagem tenha, desde sempre, desempenhado um papel crucial para a viabilização da interação entre os seres humanos. Nessa perspectiva, se apresenta a Linguística Aplicada (LA), a qual pondera o caráter particular no que diz respeito aos aspectos da língua entre os falantes e considera que esta reflete, inevitavelmente, as raízes identitárias e as particularidades socioculturais dos que dela fazem o uso.

É imprescindível destacar, entretanto, o longo percurso histórico delineado pela LA para que se alcançasse legitimação e autonomia científica – o que ocorreu, inicialmente, mediante o cenário sociopolítico, e se ampliou sobretudo a partir da interdisciplinaridade relativa a outras áreas do conhecimento. Sobre isso, Moita Lopes (2006, p. 24) afirma que

Mais importante do que se preocupar com os limites de uma área de investigação, é tentar operar dentro de uma visão de construção de conhecimento que tente compreender a questão de pesquisa na perspectiva de várias áreas do conhecimento, com a finalidade de integrá-las (Moita Lopes, 2006, p. 26).

Desse modo, a LA se desenvolveu enquanto buscava se desvincular de parâmetros preestabelecidos pelas teorias linguísticas do século XX que, embora tenham se consolidado enquanto dimensões cruciais em relação ao estudo sistemático da linguagem, não contemplavam de maneira abrangente a compreensão do uso da língua sob a perspectiva sociocultural, política e histórica.

Nessa lógica, no contexto interdisciplinar da LA, a materialização da atividade comunicativa não só passou a ser vista enquanto reflexo da capacidade interativa entre seres humanos, mas também uma das manifestações mais genuínas das particularidades socioculturais de cada povo, que o acompanha em cada espaço.

Nessa circunstância, Soares (2017, p. 60) aponta que “[...] o estudo das línguas de diferentes culturas deixa claro [...] que não há línguas mais complexas ou mais simples, mais lógicas ou menos lógicas: todas elas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem [...]” – o que reforça a importância da relação entre cultura e língua, que fomentam, ao longo desse percurso evolutivo, as particularidades norteadoras da LA.

A REPRESENTAÇÃO DO LEGADO LINGÜÍSTICO-CULTURAL INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A história do Brasil foi escrita sob uma perspectiva branca e colonizadora, ocultando a verdadeira narrativa dos povos originários. A luta contínua desses povos busca não apenas um

reconhecimento histórico, mas também a construção de um novo futuro. Essa luta se reflete nos esforços para fortalecer a memória e a identidade dos brasileiros, lembrando sempre daqueles que habitaram essas terras desde o princípio.

A escola e o processo de ensino-aprendizagem sempre desempenharam um papel fundamental na preservação da história, evitando que ela fosse esquecida. Nesse contexto, a importância da Lei 11.645, de 10 de março de 2008, se destaca. Ela tem como objetivo promover o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, inserindo essas temáticas nos currículos escolares. Com isso, os livros didáticos ganham relevância significativa no desenvolvimento político-cultural dos estudantes, oferecendo um panorama mais amplo e enriquecedor, que resgata e valoriza o legado dos povos indígenas.

Embora a lei exija a inclusão obrigatória da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, a prática do educador enfrenta desafios significativos devido ao Livro Didático de Português (LDP). À vista disso, Cunha, de Sousa e Bastos (2017, p. 15) destacam o impacto do LDP em perpetuar um viés colonizador:

Esse absoluto poder do LDP em transitar os saberes monopolizados contribui para uma prática de aprendizagem em perspectiva colonizadora, cujo ideal homogeneizador de ensino de língua ainda comporta a tendência de ignorar as culturas nativas em sua diversidade, ofuscando a importância da contribuição da língua indígena para a formação do Português Brasileiro.

Nesse viés, esse cenário evidencia como, apesar das prerrogativas legislativas, o material didático pode ainda limitar a inclusão e a valorização adequada das culturas nativas no processo educativo. A inclusão do legado linguístico e cultural indígena nos livros de Língua Portuguesa do Ensino Médio é fundamental para oferecer aos estudantes uma visão mais rica e completa da diversidade cultural. Nesse sentido, incorporar essas temáticas nas aulas permite que os alunos reconheçam e apreciem as contribuições das culturas indígenas para a formação da língua e da cultura brasileira.

Cunha, De Sousa e Bastos (2017, p. 18), inclusive observam que "[...] trabalhar com a língua exige uma postura crítica e capaz de compreender o ser humano imerso em culturas". Tal visão crítica é essencial para superar concepções simplistas ou distorcidas que podem perpetuar o apagamento das culturas nativas.

Assim, quando os livros didáticos abordam efetivamente o legado indígena, não apenas enriquecem o aprendizado sobre as próprias raízes da Língua Portuguesa, mas também promovem o respeito pela diversidade cultural e étnica. Ao entender a influência dos povos originários na formação da língua e na cultura, os estudantes desenvolvem maior sensibilidade

e apreciação pela complexidade cultural que compõe a identidade nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do livro *Língua Portuguesa: Ensino Médio* (Arruda & Oda, 2020), sob a perspectiva da Linguística Aplicada e da perspectiva decolonial, revelou que o material ainda reproduz uma visão eurocêntrica da língua, marcada pela centralidade da norma-padrão e pela ausência de efetiva valorização das línguas indígenas. Assim, as menções aos povos originários aparecem de forma pontual e superficial, geralmente ligadas a aspectos folclóricos ou comemorativos, sem articulação com a dimensão linguística e identitária desses grupos.

Verificou-se, ainda, que o livro não reconhece as línguas indígenas como patrimônios linguísticos e epistemológicos, limitando-se a tratá-las como elementos externos à formação do português brasileiro. Tal invisibilização reforça a hierarquização linguística, contrariando o princípio da BNCC, que propõe o reconhecimento da diversidade cultural e linguística do país. Nesse sentido, confirma-se o que apontam Cunha, De Sousa e Bastos (2017), ao afirmarem que o livro didático, ao reproduzir saberes colonizadores, tende a apagar a pluralidade linguística existente. os resultados encontrados.

Sob essa ótica, a pesquisa evidencia que o material didático analisado não contribui para a construção de uma educação linguística crítica e inclusiva, se estruturando às sombras de uma tradição pedagógica normativa e monocultural. Dessa forma, a ausência de um olhar intercultural no livro reforça a necessidade de repensar o ensino de Língua Portuguesa, de modo que as línguas indígenas sejam integradas ao processo educativo como manifestações vivas de saber e identidade.

Com base no que foi apresentado, infere-se que o tratamento dado às línguas indígenas no material analisado ainda é insuficiente e descontextualizado, demandando uma reorientação pedagógica que considere a pluralidade linguística como elemento formador da identidade nacional. A partir de uma postura decolonial, o ensino de língua deve promover o reconhecimento e a valorização de todas as vozes, transformando o livro didático em instrumento de inclusão, criticidade e respeito à diversidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste trabalho sobre o tratamento dado às línguas indígenas em um livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio, sob a perspectiva político-cultural da

Linguística Aplicada, apontou a necessidade de uma revisão crítica dos materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o livro didático em questão, apesar de ser recente, reproduz diversos vícios de uma tradição pedagógica marcada pela conformidade linguística e pela invisibilização das línguas indígenas (que possuem o seu caráter materno). Nessa linha de raciocínio, a abordagem normativa e eurocêntrica no material didático contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação às línguas e culturas dos povos originários, desvalorizando sua importância e diversidade.

A perspectiva decolonial, adotada no referencial teórico junto à breve consideração histórica da LA e do LD, mostrou-se fundamental para a compreensão das relações de poder que se manifestam no ensino de língua portuguesa. Ao desnaturalizar as hierarquias linguísticas e culturais, a decolonialidade nos permite identificar e problematizar os mecanismos de dominação simbólica que marginalizam as línguas indígenas.

A Linguística Aplicada, portanto, oferece um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas para analisar o uso da língua em contextos sociais específicos. Ao considerar a língua como um fenômeno social e cultural, a LA auxilia a compreender como as escolhas linguísticas presentes nos materiais didáticos podem ter implicações significativas para a formação de identidades linguísticas e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Ensino de Língua Portuguesa, Línguas indígenas, Livro didático, Educação decolonial.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Tereza Rangel Arruda. **Multiversos**: língua portuguesa: ensino médio. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2020.

CUNHA, Rejane Cristine Santana; DE SOUSA, Irlena Moreira Lopes; BASTOS, Valdete Venturote. **A representação dos Povos Indígenas em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS, v. 4, p. 15-18, 2017.

MOITA LOPES, L. P. (org). **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 24, 2006.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma **perspectiva social**. São Paulo: Contexto, p. 60, 2017.